

Proposta dos estados realoca recursos da Operação Desmonte

por Marcos Magalhães
de Brasília

Uma comitiva de secretários estaduais de Planejamento entregou ontem ao relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), um conjunto de propostas que se destina a injetar em órgãos atingidos pela Operação Desmonte aproximadamente metade do total de recursos que lhe foram subtraídos, através de expressivos cortes em setores considerados não essenciais.

Os secretários querem favorecer com CZ\$ 430 bilhões — em valores de junho — os setores de agricultura, transportes, ciência e tecnologia, habitação, segurança pública, educação e saúde. As prioridades foram definidas após debates no Fórum Nacional de Secretários de Planejamento.

Se aprovadas pela Comissão de Orçamento, elas podem ser postas em prática através da aprovação de emendas já apresentadas.

"Pudemos verificar que existe certa inércia na alocação de recursos do governo federal", afirmou o secretário de Planejamento do Rio Grande do Sul, Cláudio Accurso. "Os lobbes estruturaram-se com certo poder e anualmente têm renovado suas atividades. E o passado que ainda está presente, mas agora temos de avaliar o Brasil que queremos construir", disse ele.

O setor agrícola é beneficiado, segundo a proposta, com CZ\$ 146 bilhões, dos quais CZ\$ 11 bilhões se destinam ao sistema de assistência técnica rural e CZ\$ 4 bilhões à geração de tecnologia, ambos bastante atingidos pela Operação Desmonte. Construção, pavimentação, conservação e restauração de rodovias seriam beneficiadas com CZ\$ 157 bilhões. A área de ciência e tecnologia receberia um reforço de CZ\$ 24 bilhões e a reestruturação do

sistema penitenciário, CZ\$ 33 bilhões.

Os recursos para isso viriam de rubricas como saneamento financeiro de usinas de álcool e cana e fundo de defesa da economia cafeeira. Dos CZ\$ 10 trilhões que compõem o orçamento fiscal da União, de CZ\$ 8 trilhões a CZ\$ 8,5 trilhões estão comprometidos por despesas não removíveis, como serviço de dívidas, pessoal e transferências a estados e municípios. Sobrariam, então, segundo cálculos do senador Almir Gabriel, entre CZ\$ 1 trilhão e CZ\$ 1,5 trilhão para serem negociados. As sugestões do secretário não chegam a requisitar um terço desse valor.